

Planejamento Urbano e Regional

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

Planejamento Urbano e Regional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P712	Planejamento urbano e regional [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-383-5 DOI 10.22533/at.ed.835190506 1. Planejamento urbano – Brasil. 2. Sociologia urbana. 3. Urbanização – Brasil. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 307.760981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A urbanização brasileira se deu de maneira rápida e desordenada. Em poucas décadas, o Brasil passou de um país predominante agrário para um país urbanizado. O descompasso entre o planejamento urbano e os altos índices do êxodo rural trouxe consequências graves para as cidades e para a qualidade de vida de seus habitantes que reverberam até os dias de hoje. Assim, a urbanização gerou uma ampla gama de demandas e processos de exclusão que se cristalizam nos desequilíbrios locais, regionais, urbano-rurais e urbanos.

Segundo dados do último Censo, a população urbana brasileira é de 160.925.792 habitantes, cerca de 85% da população total. Porém, grande parte da população ainda carece de acesso à moradia, ao saneamento, e à vida urbana de qualidade.

Na perspectiva do direito à cidade, torna-se fundamental articular as lutas em torno das necessidades de reprodução social e de um novo projeto de cidade. O direito à cidade é, então, uma promessa duradora de longínquo cumprimento, que reflete o desejo da sociedade contemporânea por um futuro onde as próximas gerações possam usufruir de condições urbanas melhores do que as atuais.

O foco da presente edição do livro “Planejamento Urbano e Regional” mostra a importância e a amplitude da discussão sobre o direito à cidade no contexto nacional. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões. Afinal, discutir a cidade é discutir cultura, economia, política, arte, meio ambiente e diversos outros temas fundamentais.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Em tempos em que o futuro das políticas urbanas é obscurecido pela crise política atual, é imprescindível fomentar e valorizar a produção científica e o pensamento crítico sobre a vida nas cidades. Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ESTADO: RESGATE TEÓRICO E REFLEXÕES	
Raquel Dantas do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.8351905061	
CAPÍTULO 2	18
A EXPERIÊNCIA RECENTE DO URBANISMO E SUAS PERSPECTIVAS	
Fernando Antônio Santos de Souza	
Carolina Costa Déda Oliveira	
Pedro Antônio Almeida Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8351905062	
CAPÍTULO 3	29
CIDADES INTELIGENTES: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) INSTRUMENTANDO O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Roberto Righi	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
DOI 10.22533/at.ed.8351905063	
CAPÍTULO 4	41
A TRANSFORMAÇÃO DE BAKU: MAPEAMENTO DE SETORES E ARCOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Danilo Firbida de Paula	
Maria Isabel Imbronito	
Adilson Costa Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.8351905064	
CAPÍTULO 5	56
PLANEJAMENTO URBANO E O DESAFIO DA GESTÃO AMBIENTAL	
Rachel Figueiredo Viana Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8351905065	
CAPÍTULO 6	70
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AO USO E OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO URBANO DE UM BAIRRO DE PERIFERIA NA CIDADE DE BACABAL – MARANHÃO	
Roraima Silva Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.8351905066	
CAPÍTULO 7	84
CONFLITOS ENTRE OS INTERESSES PÚBLICO E PRIVADO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR EM BELO HORIZONTE	
Reginaldo Magalhães de Almeida	
Juliana Lamego Balbino Nizza	
Lucas Isaac Fernandes	
Laís Moreira de Castro	
Julia Malard Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.8351905067	

CAPÍTULO 8	99
O ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIAL E RACIAL EM MACAPÁ – AP	
Jacks de Mello Andrade Junior	
Eugénia da Luz Silva Foster	
DOI 10.22533/at.ed.8351905068	
CAPÍTULO 9	112
CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA AÇÃO ORGANIZADA PARA O PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE ATORES METROPOLITANOS	
Natalia Aguiar Mol	
DOI 10.22533/at.ed.8351905069	
CAPÍTULO 10	130
O ACESSO A SERVIÇOS E O DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS MINEIROS NOS ANOS 2000 E 2010	
Geórgia Fernandes Barros	
Bethânia Maria Gonçalves Klier	
Marcelo Cambraia de Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.83519050610	
CAPÍTULO 11	143
ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE ARRANJO URBANO-REGIONAL NA DIVISA DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO	
Maria Fabiana Lansac	
DOI 10.22533/at.ed.83519050611	
CAPÍTULO 12	165
TRANSPORTE E POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO	
João Augusto Dunck Dalosto	
Cássius Dunck Dalosto	
Antônio Pasqualetto	
Alex Sandro Pilatti	
DOI 10.22533/at.ed.83519050612	
CAPÍTULO 13	176
MODERNIDADE E COMUNICAÇÕES: MEIOS DE TRANSPORTE E O TERRITÓRIO URBANO	
Taís Schiavon	
DOI 10.22533/at.ed.83519050613	
CAPÍTULO 14	199
UM ENSAIO SOBRE AS VELHAS DINÂMICAS ESPACIAIS NOS NOVOS ESPAÇOS DO TRANSCARIOCA EM MADUREIRA	
Josielle Cíntia de Souza Rocha	
Maria de Lourdes Pinto Machado Costa	
DOI 10.22533/at.ed.83519050614	
CAPÍTULO 15	211
MAPA DOS SONS DO BAIXO SÃO FRANCISCO	
Walcler de Lima Mendes Junior	

DOI 10.22533/at.ed.83519050615

CAPÍTULO 16 221

ANÁLISE DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE LÂMPADA FLUORESCENTE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Samara Nicolau Puopolo

Cláudia Echevengua Teixeira

Ana Candida Melo Cavani Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.83519050616

CAPÍTULO 17 234

ESCALAS E CONFLITOS: ENTRELACE ENTRE EDUCAÇÃO E ARQUITETURA NO ENSINO DE PROJETO

Flora Fernandez

Alain Flandes

DOI 10.22533/at.ed.83519050617

CAPÍTULO 18 243

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: PANORAMA GERAL DA ARQUITETURA E DO DESIGN NO NORDESTE BRASILEIRO

Andrea Carolino do Monte

Izabel Farias Batista Leite

Heitor de Andrade Silva

DOI 10.22533/at.ed.83519050618

CAPÍTULO 19 257

ANÁLISE DE PRÉ-REQUISITOS DA ETIQUETA PBE-EDIFICA DO BLOCO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Francisco Caio Bezerra de Queiroz

Wiriany Kátia Ferreira Silva

Clara Ovídio de Medeiros Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.83519050619

SOBRE A ORGANIZADORA..... 267

A EXPERIÊNCIA RECENTE DO URBANISMO E SUAS PERSPECTIVAS

Fernando Antônio Santos de Souza

Prof. Dr. do DAU UFS
Laranjeiras-Sergipe

Carolina Costa Déda Oliveira

arquiteta e Urbanista graduada pelo DAU UFS
Laranjeiras-Sergipe

Pedro Antônio Almeida Santos

graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo DAU
UFS
Laranjeiras-Sergipe

RESUMO: No final dos anos 1960 e início dos anos 1970 junto à crise urbana percebe-se o esgotamento do urbanismo modernista, racional e funcionalista, comandado pela iniciativa estatal, e o surgimento do urbanismo empresarial. **Entre 2014 e 2015**, agravada com a crise financeira de 2008, a crise urbana **fez explodir novas formas de urbanismos. Nesse sentido**, o objetivo deste artigo é analisar a experiência recente do urbanismo e suas perspectivas. **No Brasil, inicialmente**, com as constantes transformações da sociedade, principalmente com a globalização e a financeirização da economia, criou-se espaço para o urbanismo pós-moderno ou neoliberal. Esse novo formato diminui a ação do Estado no atendimento das demandas urbanas e as transfere para regulação do mercado e interesses privados. Com esse entendimento,

são discutidas, numa perspectiva histórica, as novas premissas do urbanismo contemporâneo para o enfrentamento da problemática urbana atual. Assim, são reconhecidos os alcances e implicações da experiência recente do urbanismo e ressaltado o seu papel como ferramenta para instrumentalização da luta contra as condições urbanas excludentes.

PALAVRAS-CHAVE: urbanismo modernista; urbanismo pós-moderno; perspectivas.

THE RECENT EXPERIENCE OF URBANISM AND ITS PERSPECTIVES

ABSTRACT: In the late 1960s and early 1970s, along with the urban crisis, one could see the exhaustion of modernist, rational and functionalist urbanism, led by state initiative, and the emergence of entrepreneurial urbanism. Between 2014 and 2015, aggravated by the financial crisis of 2008, the urban crisis exploded new forms of urbanism. In this sense, the objective of this article is to analyze the recent experience of urbanism and its perspectives. In Brazil, initially, with the constant changes of society, mainly with the globalization and financialization of the economy, space has been created for the postmodern or neoliberal urbanism. This new format diminishes the state's action in meeting urban demands and

transfers them to market regulation and private interests. With this understanding, the new premises of contemporary urbanism are dealt with in a historical perspective to confront the current urban problematic. Thus, the scope and implications of the recent experience of urbanism are recognized and its role as a tool for instrumentalisation of the fight against exclusionary urban conditions is recognized.

KEYWORDS: modernist urbanism; postmodern urbanism; perspectives.

1 | INTRODUÇÃO

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, estourou a crise urbana em curso em todo mundo (HARVEY, 2014), que foi acompanhada pelo esgotamento do urbanismo modernista, racional e funcionalista, comandado pela iniciativa estatal, e o surgimento do urbanismo empresarial. **Entre 2014 e 2015**, agravada com a crise financeira de 2008, a crise urbana **fez explodir novas formas de urbanismos**. Evidenciou-se, nesse momento, a exaustão do pensamento e das experiências urbanísticas praticadas até então, exigindo novas respostas às demandas urbanas emergentes.

A exposição “Uneven Growth - Tactical Urbanism for expanding mega cities”, realizada entre 2014 e 2015 no MoMA, e “Utopia / Distopia”, realizada em 2017 no MAAT, com curadoria do arquiteto Pedro Gadanh, colocaram os problemas urbanos no centro do debate internacional e da agenda acadêmica sobre as perspectivas do pensamento e da experiência urbanística recente. As exposições foram um importante indicador no apontamento do debate urbanístico contemporâneo, ao colocar o trabalho de artistas e de arquitetos como manifestação e ativismo político. Essas exposições são um marco na sinalização da inflexão que vem acontecendo no pensamento urbanístico, no qual se observa uma mudança de estratégia, de atores e de escala, e apontam para a necessidade de se aprofundar as perspectivas e assumir uma posição crítica sobre o assunto.

Os acontecimentos que fazem a história recente são importantes para balizamento do entendimento sobre a crise urbana e a expressão urbanística que dela decorre, já que são eventos que colocam em xeque as ideias racionalistas e funcionais do urbanismo modernista (NESBIT, 2008; MONTANER, MUXI, 2014). A cultura do espetáculo se estabelece de forma hegemônica como *mainstream* do urbanismo em todo o mundo. Despontam, junto a esses eventos, práticas urbanísticas diversas comandadas majoritariamente pelo mercado em um momento em que as desigualdades sociais, a precarização do trabalho e a generalização das favelas se manifestam de forma globalizada (DAVIS, 2006).

Há um consenso com relação aos acontecimentos da história recente que acompanham a formação e consolidação da cultura do espetáculo, e que servem de contexto para as críticas e experiências do urbanismo contemporâneo. Sem dúvida, podemos apontar, entres outros eventos, os avanços dos ideais neoliberais (DUMÉNI

e LEVY, 2014), a globalização (IANNI, 2010), a financeirização mundial (FRIEDEN, 2008), o fim das grandes explicações do mundo (LYOTARD,) a evidência da diversidade cultural com a morte do sujeito universal (HAAL, 2003).

Tais acontecimentos desvelam um novo padrão de cidade que requer respostas urbanísticas diferentes das praticadas até então. Assistimos, dessa forma, a inflexão da cidade industrial de produção e consumo de massa, para uma cidade comercial, de serviços e consumo ilimitado – a cidade negócio (CARLOS, et ali, 2015).

2 | SURGIMENTO DA CIÊNCIA DO URBANISMO

No Brasil, há uma confusão entre urbanismo e planejamento urbano. “Urbanismo e planejamento urbano não são, portanto, sinônimos, nem o primeiro esgota o segundo. [...]Diversamente do planejamento urbano em geral, o Urbanismo pertence, de fato e de direito, essencialmente, à tradição do saber arquitetônico” (SOUZA, 2002, p.56; _____ e ORDRIGUES, 2004, p. 12). Nesse sentido, com o intuito de deixar mais claro o campo de atuação urbanística, é bom lembrar o significado da palavra urbanismo, que tem origem nos estudos do engenheiro catalão Cerdá, responsável pelo projeto de ampliação de Barcelona na década de 1850 (HARQUEL, 2004, p. 7). Apesar de não ter empregado a palavra urbanismo em seus estudos, Cerdá utilizou o termo “urbe” para nomear o assentamento humano e urbanização para denominar a ação sobre a “urbe”.

O vocábulo urbanismo só foi utilizado pela primeira vez pelo urbanista francês Alfred Agache, fundador da associação francesa de urbanistas em 1913, com o sentido de ciência aplicada às cidades e responsável pela elaboração do primeiro plano diretor do país, concebido para o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, (DEL RIO, 2015, p. 2). O urbanismo engloba o planejamento do ambiente construído e o desenho da morfologia da cidade, ou melhor, do planejamento urbanístico que se apoia no estudo urbano, entendido este último como espaço de produção do território da cidade cuja materialidade é a forma urbana, o objeto da disciplina urbanística. Enfim, o urbanismo é uma disciplina própria da arquitetura, já que os arquitetos, em razão da sua formação, dominam o **desenho da cidade** (SOUZA, 2002).

Com esse entendimento, destacamos que o conceito de planejamento urbano extrapola as delimitações específicas de urbanismo, e contempla diversas áreas do conhecimento pertinentes à construção das cidades e suas conexões, tais como economia, sociologia, antropologia, geografia, entre muitos outros conhecimentos. Portanto, é importante ressaltar que o planejamento urbano compreende um projeto abrangente de cidade e região, com uma abordagem multidisciplinar, diferente do foco morfológico, específico do urbanismo.

Na atualidade, o urbanismo, abordado como ciência e teoria da cidade, tem percorrido caminhos bastante diversos e polêmicos, acumulando uma rica crítica e experiências diversificadas realizadas em todo mundo. Com um viés crítico, Montaner

e Muxí (2014, p. 233), ao se referir a cultura do espetáculo afirma que é “necessário organizar e coordenar as tão diversas críticas e reivindicações, agora dispersas na multidão de ações e textos, iniciativas e alternativas, resistências e dissidências, web e blogs, levadas adiante por pessoas de gerações e experiências muito diferentes”.

3 | O URBANISMO MODERNISTA E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

A partir da segunda metade do século dezanove, o urbanismo vai se referir ao conjunto de conhecimentos derivados da necessidade de se adequar e preparar as cidades para o crescimento e desenvolvimento impostos pelos avanços da indústria emergente, sobretudo na Europa Ocidental. A cidade mercantil, especialmente depois da Segunda Grande Guerra, vai necessitar se ajustar à nova condição da economia industrial em expansão. Para tanto, era necessária a criação de espaços para a produção, circulação e consumo das mercadorias produzidas em massa, bem como locais de moradia para os trabalhadores. Nesse sentido, os ideais modernistas, expressos pela Carta de Atenas e baseados na racionalidade, nos discursos positivistas apoiados nas ideias de desenvolvimento e progresso e na certeza de que mudanças físicas, expressas pelo projeto urbanístico, conduziram a mudanças sociais efetivas.

Para enfrentar os desafios territoriais, sociais e econômicos que se manifestavam em função da ascensão da indústria em todo o mundo, surgiu, juntamente com o urbanismo, o planejamento urbano e regional (EGLER, 2000). Com um viés econômico, social e territorial, o planejamento urbano e regional buscava, baseado na racionalidade sistêmica (CARVALHO, 1976), enfrentar o crescimento e desenvolvimento das cidades e suas conexões. Nos países em desenvolvimento, o foco do planejamento urbano e regional foi direcionado para o enfrentamento das desigualdades econômicas.

No Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960, o desenho urbanístico foi o grande aliado do planejamento urbano. São expressões ícones desse período o aterro de Copacabana, o aterro do Flamengo, o complexo residencial de Pedregulho no Rio de Janeiro; o complexo residencial no Parque Guinle e o Parque Ibirapuera em São Paulo; e o complexo da Pampulha em Belo Horizonte, culminando com a construção da nova capital, Brasília. Nesse período, o modernismo se consolida no repertório cultural brasileiro; ocasião em que no cenário internacional havia tido início a derrocada modernista (DEL RIO, 2015, p. 10,11, 1990).

Com uma perspectiva econômica, racionalista e desenvolvimentista, **a partir do golpe militar de 1964**, a ditadura instalada no país deu início a implantação de um sistema nacional de planejamento urbano, que, em última análise, **acabou por aprofundar as diferenças sociais entre ricos e pobres**. Foi um planejamento tecnocrático apoiado na natureza autoritária do regime e na eficiência, no funcionalismo, na rigidez do zoneamento segregador, na ênfase do transporte individual, e em grandes obras e conjuntos habitacionais. Os tecnocratas militares acreditavam na urbanização como ferramenta para a intervenção e dinamização do mercado imobiliário e na superação

da crise urbana por meio do enfrentamento quantitativo do déficit habitacional.

A “síndrome do planejamento” autoritário brasileiro, como reconheceu Vicente Del Rio (2015, p. 18), foi responsável por “projetos de renovação urbana; construção de vias expressas e viadutos; remoção de população de favelados; e construção de enormes projetos habitacionais de baixa renda, novos centros administrativos municipais e estaduais, *campi* universitários, aeroportos, estações de trem e rodoviárias, hidrelétricas e novas cidades corporativas independentes”. Nesse momento, o planejamento urbano e regional, baseado no planejamento integrado e multidisciplinar, acompanhando a tendência internacional predominante na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, se tornou a disciplina dominante no Brasil, distanciando-se do urbanismo e do desenho urbano.

O planejamento urbano e regional entrou em crise no mundo na década de 1970 e no Brasil na década 1990, juntamente com a ascensão ideológica do neoliberalismo, que retira do Estado a responsabilidade do planejamento e enfrentamento das questões sociais (HARVEY, 2005). Desse modo, é remetido ao mercado o atendimento das demandas da população (ROLNIK, 2015). A financeirização da vida urbana, comandada pelo mercado, exclui a população que não possui recursos financeiros para ter acessos aos bens indispensáveis a vida. A cidade modernista funcionalista e rigidamente territorializada, palco dos negócios urbanos, deu lugar a cidade flexibilizada tomada como o próprio negócio.

A promulgação da Constituição de 1988, consolidou uma nova forma de planejamento urbano baseado no entendimento da cidade como *locus* de redistribuição da riqueza e redemocratização da sociedade. A questão ambiental foi reconhecida e se preconizou a função social da propriedade. Multiplicaram-se os planos diretores e a ótica sustentável do planejamento urbano.

A desestabilização do planejamento urbano e regional no Brasil foi acompanhada pelas dificuldades econômicas e pela retomada da democracia. O paradigma modernista de expansão urbana perdeu sua capacidade de responder às demandas sociais. É nesse contexto que o **urbanismo pós-moderno, também denominado como urbanismo neoliberal**, despontou no cenário brasileiro. Essa nova forma de intervir na cidade teve como marco inicial o Projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro, elaborado por uma coalizão de forças envolvendo urbanistas, prefeitura, grupos sociais e lojistas contra investidores privados e incorporadores imobiliários (DEL RIO, 2015, p. 23).

4 | O SURGIMENTO DO URBANISMO PÓS-MODERNO NO BRASIL

A década de 1990 foi marcada pelos avanços da globalização financeira, que concebe a cidade como uma empresa. Em 1996, foi ratificada a “Carta do Novo Urbanismo” - documento básico do movimento de origem norte-americana denominado *Congress for the New Urbanism* em sua quarta conferência anual que, em última

análise, negou os princípios do urbanismo modernista (SYKES, 2013). No Brasil, o vazio deixado pela exaustão do urbanismo e planejamento urbano modernista, foi ocupado inicialmente pelo planejamento estratégico, difundido por consultores e agências internacionais multilaterais – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e Habitar Brasil, seguindo o modelo e experiência de Barcelona (1992), idealizado por Manuel de Forn e Jordi Borja (BORJA, 1996), apoiados teoricamente por Manuel Castells (VAINER, 2000, p. 75; MARICATO, 2000; ARANTES, 2000).

O planejamento estratégico, apoiado pelo planejamento urbanístico e pelo desenho urbano, foi concebido com o objetivo de atrair recursos e de dinamizar o mercado imobiliário, tendo como forte aliado a reabilitação urbana e criação de cidades espetaculares. O urbanismo pós-moderno ou neoliberal é na verdade um termo que engloba uma série de iniciativas urbanas, muitas vezes reunidas sob a denominação de urbanismo tático.

Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, e em 2011 aprovado o Estatuto das Cidades – Lei Federal Nº 10.257. Nesse momento, teve início a obrigatoriedade do planejamento urbano baseado na elaboração de planos diretores participativos e a adoção de instrumentos jurídicos para o reordenamento territorial e redistribuição dos ganhos imobiliários. Enquanto isso, o desenho das cidades brasileiras foi dominado por parques, praças, shopping centers, centros administrativos, condomínios fechados por muros.

No Brasil, a crise financeira internacional se desdobrou em uma crise econômica e política. Os avanços do planejamento democrático participativo, que se instaurou a partir da criação do Ministério das Cidades, e da promulgação do Estatuto da Cidade, foram imediatamente desmontados. Nessa perspectiva, ganhou visibilidade o urbanismo pós-moderno ou neoliberal, enquanto o urbanismo estratégico se tornou realidade com a realização da Copa do Mundo em 2014 e a Olimpíada realizada no Rio de Janeiro, em 2016.

Entretanto, o novo planejamento democrático preconizado na constituição de 1988 foi atropelado pela crise financeira internacional iniciada em 2008, e pela criação do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (MARICATO, 2011). O PAC é um plano do Governo Federal que englobava um conjunto de políticas econômicas elaboradas com o objetivo de enfrentar a crise financeira internacional e acelerar o crescimento econômico do Brasil. Já, o PMCMV, fazia parte do PAC. Ele foi um grande programa habitacional que transformou a habitação social e de mercado em ativo financeiro (ROLNILK, 2015). Os mesmos padrões habitacionais modernistas foram sistematicamente repetidos, sem conseguir atender em escala as demandas da população mais pobre.

O urbanismo pós-moderno ou neoliberal, com os **megaeventos recentes que aconteceram no Brasil**, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, contribuíram para “o fortalecimento do padrão corporativo de produção das cidades, em uma crescente hegemonia da lógica de rentabilidade, financeirização e gestão privada de bens e

serviços coletivos, viabilizados por grandes investimentos públicos” (SOUZA, 2018, p. 245).

5 | URBANISMO CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS E NOVA ESCALA

Mais recentemente, o urbanismo ganhou uma escala local, tendo como ferramenta básica o design. São Iniciativas ambíguas e duvidosas que lideram a cena em todo o mundo, trata-se de ações abrangentes, rápidas e localizadas, em geral contando com a iniciativa da população, realizadas em espaços delimitados, orientados por projetos que têm como objetivo transformações, muitas vezes temporárias, desenvolvidas para demonstrar o potencial de mudanças em escalas maiores e de longo prazo.

Dessa forma, o urbanismo pós-moderno ou neoliberal passa a ser conhecido também como urbanismo tático, já mencionado, se desdobra em diferentes tendências. O urbanismo tático, então, se multiplica em experiências diversas que vão dos *parklets* - mini-parques temporários em estacionamento até ativismos sociais. Desse modo, o urbanismo contemporâneo, tomando a direção de intervenções pontuais e imediatas realizadas com a participação dos usuários envolvidos, vai ganhando adjetivos.

As intervenções do urbanismo tático são realizadas com o objetivo de superar a falta de atuação do Estado na perspectiva de melhoria da qualidade de vida urbana. De certa forma, para parte dos urbanistas essas intervenções reforçam as ideias neoliberais, e reproduzem o *status quo*. Por outro lado, há urbanistas entusiastas que entendem que essas ações, dependendo como são concebidas e conduzidas, podem ser realizadas como intervenções de resistência e ativismo social.

A conceituação do urbanismo tático surgiu no contexto da **crise urbana contemporânea**, quando o Estado e o mercado não conseguiam atender as demandas por **bens públicos básicos** como habitação, transporte e espaços públicos de qualidade para a população excluída. O entendimento era de que os designers e arquitetos, instituições governamentais, organizações e corporações podiam participar e estimular o urbanismo tático como forma de enfrentar as **questões urbanas emergentes**. Embora, as fontes geradoras devam se situar **fora do controle ideológico** de especialistas ou qualquer instituição específica, classe social ou coligação política. Nesse sentido, o urbanismo tático se estabelece também como uma forma de participação, reapropriação e restauração do espaço urbano, tendo como fundamentação o “faça você mesmo”.

Neil Brenner (2016, p. 9), professor de Harvard especializado no tema, explica:

O urbanismo tático propõe modos de intervenção imediatos, ‘acupunturais’, em relação a questões locais vistas como urgentes por seus proponentes. Seu horizonte de tempo é relativamente curto, até mesmo impulsivo e ‘espontâneo’. Sua escala espacial também tende a ser circunscrita a um limite bem determinado – por exemplo, ao parque, ao prédio, à rua ou ao bairro. Projetos específicos de urbanismo tático podem evoluir de forma fluida em relação a mudanças mais

Essas iniciativas, segundo Gadanho (2017), do ponto de vista político ganharam maior visibilidade a partir dos anos 2014 e 2015, com abordagens diferentes dentro do urbanismo tático. O urbanismo tático, de acordo com Gadanho, desponta de forma bastante diferenciada. Nos Estados Unidos, surge com uma dimensão cultural dominante, enquanto na Europa, América Latina e Ásia, surge de forma mais direta, respondendo a questões urbanas mais imediatas e específicas de cada lugar. Na versão americana, algumas experiências se alinham à lógica capitalista, aproveitando espaços subutilizados, enquanto outras experiências, na arena cultural, são majoritariamente empreendidas por grupos organizados e dotados de uma certa cultura de desenho ou uma certa cultura de participação cívica.

Na verdade, Gadanho (2017) esclarece que para ele o urbanismo tático vem da tradição teórica desenvolvida por Michel de Certeau (CERTEAU, 1994) que nos anos 1970, refletiu sobre a tática em oposição à estratégia como parte de uma da lógica referente aos modos de apropriação cotidiana daqueles que não têm nenhum poder, acompanhada pelo pensamento de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 2001), sobre a ideia de direito à cidade.

O Novo Urbanismo, que surgiu nos anos 1990 como um “movimento em defesa de projetos urbanos caracterizados pela criação de bairros com uso misto do solo, níveis de renda variados, diversidade social, alta densidade e respeito pelo pedestre, com projetos sustentáveis específicos” (SYKES, 2013, p. 52), foi acompanhado pela consolidação do conceito de “cidade para as pessoas”, no qual a dimensão humana tem sido o foco do planejamento urbano (GHEL, 2015), de “cidade caminhável”, que tem como fundamento a mobilidade urbana, adotando a rua como elo entre as pessoas (SPECK, 2017); de “cidade inteligente”, *smart cities*, apoiado em tecnologias de ponta (CUNHA, et. Al., 2016, p. 19); de “cidade criativa” concebido a partir do dinamismo cultural e artístico (VIVANT, 2012; REIS e KAGEYAMA, 2011, p.3); de “cidade colaborativa” inspirado em Sennett (2013) que busca valorizar as habilidades cotidianas e a convivência com pessoas diferentes no que se refere a raça, etnia, religião ou a condições econômicas, tendo como princípio a cooperação (FERNANDES, et. ali, 2013; CAOS PLANEJADO; COURB); de “cidade resiliente” baseado na capacidade de recuperação urbana à grandes impactos (Arq. Futuro, 2015). São conceitos novos que têm agregado adjetivos ao urbanismo contemporâneo.

Nos últimos vinte anos, também foram desenvolvidas soluções continuadas e diferenciadas para o enfrentamento dos problemas urbanos, buscando soluções integradas que levam em conta as características singulares de cada lugar. Nesse sentido, Montaner e Muxí (2011) destacam como exemplos significativos nas Américas as cidades de Curitiba e Porto Alegre, no Brasil; Seattle nos Estados Unidos; e Bogotá e Medellín na Colômbia.

O contexto e a diversidade de perspectivas do urbanismo contemporâneo expressam a complexidade das demandas urbanas, apresentam um leque significativo de possibilidades de intervenções na cidade e se tornam conteúdos e meios de ativismo e movimentos de resistência política. Com esse entendimento, as ações urbanísticas locais passam atender as demandas imediatas da população, discutidas e inseridas em um contexto mais amplo de luta política, o que permite questionar as condições que deram origem as carências urbanas e que necessitam de uma ação urbanística.

Nesse sentido, a colaboração, as tecnologias avançadas, a cultura, as provocações se tornam procedimentos para melhorias das condições de vida do cidadão e ao mesmo tempo ferramenta essencial para instrumentalização da luta contra as condições urbanas que mantêm e reproduzem a exclusão e as desigualdades sociais que impedem a universalização do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ARQ.FUTURO. Diversos autores. **Cidades resilientes**: respostas imediatas em situações de crise. São Paulo: São Paulo BEI Comunicações, 2015.

BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e Latino-Americana. In FISHER, Tânia (Org.). **Gestão Contemporânea**: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

BRENNER, Neil. **Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?** In Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais nº 27, ano 7, dezembro de. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Introdução à teoria do planejamento**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CAOS PLANEJADO. Plataforma <https://caosplanejado.com/urbanismo-colaborativo-2-0/collaborativeurbanism-2-0/>

COURB. Instituto de Urbanismo Colaborativo. <http://www.courb.org/pt/>

CUNHA, Maria Alexandra; PRZEYBILOVICZ, Erico; MACAYA; Javiera Fernanda Medina e BURGOS, Fernando. **Smart cities [recurso eletrônico]**: transformação digital de cidades São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - PGPC, 2016

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

DEL RIO, Vicente. O contexto do desenho urbano no Brasil. In _____ e SIEMBIEDA. **Desenho urbano contemporâneo no Brasil**. Tradução: Denise de Alcântara. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

_____. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Editora Pini, 1990.

DUMÉNT, Gérard e LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. Tradução Paulo Castanheira. São

Paulo: Boi Tempo, 2014.

EGLER, Cláudio A. G. Questão Regional e território no Brasil. In Castro, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; LOBATO, Robert (Orgs.). Geografia Conceito e temas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti; CAVALCANTE, Márcia Gadelha; DUARTE JÚNIOR, Romeu; PAIVA, Ricardo Alexandre; SOUSA, Beker Aldino Santos Fortes. Instituto de Design, Arquitetura de Urbanismo da Universidade Federal do Ceará: uma Experiência Colaborativa de Projeto Arquitetônico. In <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/13001>, 2013. Acessado em 05 de junho de 2018.

FRIEDEN, Jeffry A. Capitalismo Global: história econômica do século XX. Tradução Vivian Mannheimer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

GADANHO, Pedro. Entrevista realizada pela arquiteta e pesquisadora Carol Farias em 02 de novembro de 2017. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/882682/urbanismo-tatico-utopias-e-curadoria-ativista-uma-entrevista-com-pedro-gadanh>, acessado em 01 de junho de 2018.

GHEL, Jan. **Cidade para pessoas**. 3ª edição. Tradução de Anita Dimarco. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: o direito à cidade a revolução urbana. Tradução de Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HRQUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Tradução Ivone Salgado. 4ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MONTANER, Josep Maria, MUXI, Zaida. **Arquitetura e política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NASBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. Tradução Vera Pereira. 2ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Orgs.) **Cidades criativas**: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

REIS, Ana Carla Fonseca & URANI, André. Cidades criativas: perspectivas brasileiras. In: REIS, ____; KAGEYAMA, Peter (Orgs.) **Cidades criativas**: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho In: Cad. Metrop. **Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade**: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 245-265, jan/abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4112>.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. 2ª edição.

Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. Tradução de Anita de Dimarco. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SYKES, A. Krista (Org.) O campo ampliado da arquitetura: antologia teórica 1993-2009. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

_____ e RODRIGUES, Glauco Bruce. Planejamento e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VIVANT, Elsa. **O que é uma cidade criativa?** Tradução Camila Fialho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins: Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-383-5

